



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638219 - SP (2021/0000341-1)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : ALEXANDRE DOS SANTOS GERALDES  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE DOS SANTOS GERALDES - SP258616  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARIA DE LOURDES ALVES NUNES PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

'Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARIA DE LOURDES ALVES NUNES PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2000132-91.2021.8.26.0000).

O impetrante informa que a paciente foi condenada à pena de 7 anos de reclusão no regime fechado como incurso no art. 171, § 4º, do Código Penal.

Na oportunidade, requer a concessão de liminar para que a paciente seja colocada em prisão domiciliar ou em regime aberto, uma vez que integraria o grupo de risco – idosa (69 anos) e é portadora de hipertensão arterial sistêmica.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, em especial porque com relação à Recomendação n. 62 do CNJ, o relator assim se manifestou:

Inexistindo qualquer documentação comprobatória de eventual doença grave, de forma que não preenchem todos os requisitos para a liberação. Ademais, a paciente não comprovou nenhuma comorbidade e, ademais, não trouxe nenhum caso de doença em seu estabelecimento, limitando-se a trazer matérias genéricas sobre a pandemia. (fl. 549).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente